



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 160,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».

ASSINATURA

	Ano
As três séries	Kz: 470 615.00
A 1.ª série	Kz: 277 900.00
A 2.ª série	Kz: 145 500.00
A 3.ª série	Kz: 115 470.00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

SUMÁRIO

Ministério da Defesa Nacional

Despacho n.º 768/14:

Indica Martinho Francisco António para as funções de Secretário Geral e Coordenador Técnico da Comissão Interministerial para a Delimitação de Demarcação dos Espaços Marítimos de Angola.

Despacho n.º 769/14:

Indica Andrade do Espírito Santo Vaz Mendes para as funções de Coordenador do Subgrupo de Juristas da Comissão Interministerial para a Delimitação de Demarcação dos Espaços Marítimos de Angola.

Ministério das Finanças

Despacho n.º 770/14:

Reintegra Miguel Bengui Bula, Técnico Médio de 3.ª Classe, neste Ministério, com colocação no Gabinete do Ministro.

Ministério da Administração do Território

Despacho n.º 771/14:

Exonera Esperança Tchissola das Chagas Ribeiro Rodrigues da função de Técnica de Informática do Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos Institucionais.

Despacho n.º 772/14:

Exonera Paulo José Dange do cargo de Consultor do Secretário de Estado para os Assuntos Institucionais.

Despacho n.º 773/14:

Exonera Paulo Daniel Bunga do cargo de Consultor do Secretário de Estado para os Assuntos Institucionais.

Despacho n.º 774/14:

Nomeia António da Costa Lopes Faria para o cargo de Consultor do Secretário de Estado para os Assuntos Institucionais.

Despacho n.º 775/14:

Nomeia Pedro Fiete Correia Raimundo para o cargo de Consultor do Secretário de Estado para os Assuntos Institucionais.

Despacho n.º 776/14:

Nomeia Manuel Fernando para o cargo de Chefe de Departamento de Acompanhamento da Administração Local do Estado da Direcção Nacional da Administração Local deste Ministério.

Despacho n.º 777/14:

Nomeia Neide Irina Cardoso de Almeida para o cargo de Chefe de Departamento de Gestão Técnica dos Recursos Humanos deste Ministério.

Ministério da Agricultura

Despacho n.º 778/14:

Desvincula Estêvão Bundi Matos, Chefe de Secção, do quadro de pessoal do Instituto Nacional dos Cereais, para efeitos de reforma.

Ministério do Comércio

Despacho n.º 779/14:

Nomeia Luicqui Francisco Ndombaxi para categoria de Técnico Superior Principal.

Ministério da Educação

Despacho n.º 780/14:

Exonera Pedro Canga do cargo de Director do Instituto Médio Agrário de Malanje.

Despacho n.º 781/14:

Exonera João Pedro Soares do cargo de Subdirector do Instituto Médio Agrário de Malanje.

Despacho n.º 782/14:

Exonera Cláudio Izecquias Tchivinda, funcionário da Direcção Provincial de Luanda, dos quadros deste Ministério.

Despacho n.º 783/14:

Desvincula Filipe Silvino de Pina Zau, Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 1.º Escalão, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 784/14:

Nomeia João Pedro Soares para as funções de Director do Instituto Médio Agrário de Malanje.

Despacho n.º 785/14:

Nomeia Gabriel António Simoli para as funções de Subdirector Pedagógico do Instituto Médio Agrário de Malanje.

Despacho n.º 786/14:

Nomeia Magda Domingos Pinto para as funções de Subdirectora Administrativa do Instituto Médio Agrário de Malanje.

Despacho n.º 787/14:

Nomeia Francisco Nima Vinza, Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, colocado na Direcção Provincial da Educação, Ciência e Tecnologia da Província do Uíge.

Despacho n.º 788/14:

Nomeia Adelaide Maria Luisa Ecumba, Flávia Chinossonga Issac Lutucuta, Nzinga Ossj Sessa Dias Mendes e Raquel Clementina Jôia Caendi Barros, Professoras do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º, 6.º e 8.º Escalões, colocadas na Província de Luanda.

Ministério da Cultura

Despacho n.º 789/14:

Exonera Manuel Francisco Pinheiro do cargo de Director Geral-Adjunto da Biblioteca Nacional de Angola.

Despacho n.º 790/14:

Desvincula Sebastião António Chitalo, do quadro de pessoal do Instituto Angolano do Cinema e do Audiovisual, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 791/14:

Transfere João Quicuma do Instituto Nacional do Património Cultural para o quadro de pessoal do regime geral deste Ministério, com a categoria de Técnico Médio Principal de 1.ª Classe.

Despacho n.º 792/14:

Nomcia a Comissão de Avaliação encarregue de apreciar as propostas da escolha do Hino para o II Festival Nacional da Cultura 2014.

Inspecção Geral da Administração do Estado

Despacho n.º 793/14:

Nomcia e integra definitivamente Adelaide Kunjikisse Mopeleko Figueiredo Mendes de Carvalho, Sílvia Nida da Silva Baptista, João Lourenço Silvestre Fernandes e João Martins Lima Aurélio de Oliveira, no quadro de pessoal da Inspecção Geral da Administração do Estado.

ANIP — Agência Nacional para o Investimento Privado

Resolução n.º 36/14:

Aprova o Contrato de Investimento Privado do Projecto denominado «GGT Comercial Angola (SU), Limitada» no valor global de USD 1.000.000,00, sob o regime contratual.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Despacho n.º 768/14

de 8 de Julho

Por conveniência de serviço público;

No uso dos poderes delegados que me foram conferidos pelo titular do Poder Executivo, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e do Despacho Presidencial n.º 37/10, de 26 de Agosto que atribui ao Ministro da Defesa Nacional a Coordenação da Comissão Interministerial para a Delimitação de Demarcação dos Espaços Marítimos de Angola (CIDDEMA), determino:

1.º — É indicado o NIP30001392 (MGA) Vice-Almirante Martinho Francisco António, para desempenhar as funções de Secretário Geral e Coordenador Técnico da Comissão Interministerial para a Delimitação de Demarcação dos Espaços Marítimos de Angola;

2.º — Os encargos resultantes deste Despacho serão suportados pela verba específica da Comissão Interministerial para a Delimitação de Demarcação dos Espaços Marítimos de Angola;

3.º — O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 17 de Junho de 2014.

O Ministro, *João Manuel Gonçalves Lourenço*.

Despacho n.º 769/14

de 8 de Julho

Por conveniência de serviço público;

No uso dos poderes delegados que me foram conferidos pelo titular do Poder Executivo, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e do Despacho Presidencial n.º 37/10, de 26 de Agosto que atribui ao Ministro da Defesa Nacional a Coordenação da Comissão Interministerial para a Delimitação de Demarcação dos Espaços Marítimos de Angola (CIDDEMA), determino:

1.º — É indicado o Assessor Andrade do Espírito Santo Vaz Mendes, para desempenhar as funções de Coordenador do Subgrupo de Juristas da Comissão Interministerial para a Delimitação de Demarcação dos Espaços Marítimos de Angola;

2.º — Os encargos resultantes deste Despacho serão suportados pela verba específica da Comissão Interministerial para a Delimitação de Demarcação dos Espaços Marítimos de Angola;

3.º — O presente Despacho entra imediatamente em vigor. Publique-se.

Luanda, aos 17 de Junho de 2014.

O Ministro, *João Manuel Gonçalves Lourenço*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Despacho n.º 770/14

de 8 de Julho

Considerando que foi dada por finda a comissão de serviço que o funcionário Miguel Bengui Bula, vinha exercendo no Ministério das Relações Exteriores, como Adido Financeiro da Embaixada de Angola na República da Argélia, cargo para o qual havia sido nomeado pelo Despacho n.º 282/GMRE/08, de 30 de Julho, e havendo necessidade de proceder ao reenquadramento do funcionário cuja comissão de serviço, noutra instituição, terminou:

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Miguel Bengui Bula enquadrado na categoria de Técnico Médio de 3.ª Classe, reintegrado aos serviços, finda a comissão de serviço no Ministério das Relações Exteriores, com colocação no Gabinete do Ministro.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor. Publique-se.

Luanda, aos 23 de Junho de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Despacho n.º 771/14 de 8 de Julho

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e da competência que me é atribuída pela alínea q) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 37/14, de 3 de Janeiro, determino:

1.º — É Esperança Tchissola das Chagas Ribeiro Rodrigues exonerada da função de Técnica de Informática do Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos Institucionais, dando por finda a comissão de serviço que exercia ao abrigo do Despacho Interno n.º 349/09, de 3 de Julho.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 15 de Maio de 2014.

O Ministro, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

Despacho n.º 772/14 de 8 de Julho

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e da competência que me é atribuída pela alínea q) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 3/14, de 3 de Janeiro, determino:

1.º — É Paulo José Dange exonerado do cargo de Consultor do Secretário de Estado para os Assuntos Institucionais, dando por finda a comissão de serviço que exercia ao abrigo do Despacho n.º 276/11, de 3 de Março.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 15 de Maio de 2014.

O Ministro, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

Despacho n.º 773/14 de 8 de Julho

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e da competência que me é atribuída pela alínea q) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 3/14, de 3 de Janeiro, determino:

1.º — É Paulo Daniel Bunga exonerado do cargo de Consultor do Secretário de Estado para os Assuntos Institucionais, dando por finda a comissão de serviço que exercia ao abrigo do Despacho Interno n.º 33/05, de 29 de Junho.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 15 de Maio de 2014.

O Ministro, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

Despacho n.º 774/14 de 8 de Julho

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e da competência que me é atribuída pela alínea q) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 3/14, de 3 de Janeiro, determino:

1.º — É António da Costa Lopes Faria nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Consultor do Secretário de Estado para os Assuntos Institucionais.

2.º — Deve-se atribuir um suplemento de 30% à remuneração base a que tem direito, nos termos da legislação em vigor.

3.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 15 de Maio de 2014.

O Ministro, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

Despacho n.º 775/14 de 8 de Julho

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e da competência que me é atribuída pela alínea q) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 3/14, de 3 de Janeiro, determino:

1.º — É Pedro Fiete Correia Raimundo nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Consultor do Secretário de Estado para os Assuntos Institucionais.

2.º — Deve-se atribuir um suplemento de 30% à remuneração base a que tem direito, nos termos da legislação em vigor.

3.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 15 de Maio de 2014.

O Ministro, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

Despacho n.º 776/14 de 8 de Julho

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e da competência que me é atribuída pela alínea q) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 3/14, de 3 de Janeiro, determino:

1.º — É Manuel Fernando nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento de Acompanhamento da Administração Local do Estado da Direcção Nacional da Administração Local deste Ministério.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 11 de Junho de 2014.

O Ministro, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

Despacho n.º 777/14
de 8 de Julho

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e da competência que me é atribuída pela alínea q) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 3/14, de 3 de Janeiro, determino:

1.º — É Neide Irina Cardoso de Almeida nomeada para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento de Gestão Técnica dos Recursos Humanos do Gabinete de Recursos Humanos deste Ministério.

2.º — É Maria Vieira Trigo da Silva Paulo nomeada para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento de Gestão Administrativa do Gabinete de Recursos Humanos deste Ministério.

3.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 11 de Junho de 2014.

O Ministro, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Despacho n.º 778/14
de 8 de Julho

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 228/12, de 3 de Dezembro, determino:

É o funcionário Estêvão Bundi Matos, Chefe de Secção, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto Nacional dos Cereais, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

Publique-se.

Luanda, aos 29 de Maio de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO

Despacho n.º 779/14
de 8 de Julho

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

1.º — É Luiequi Francisco Ndombaxi nomeado para a categoria de Técnico Superior Principal, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Junho, para a qual foi promovido, conforme Ofício n.º 345/GAB.DIR/

DNAP/2013, de 21 de Agosto, da Direcção Nacional de Administração Pública do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.

2.º — O presente Despacho entra imediatamente em vigor, com efeitos a partir do dia 21 de Agosto de 2013.
Publique-se.

Luanda, aos 17 de Junho de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Despacho n.º 780/14
de 8 de Julho

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República de Angola, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 26.º do Decreto Presidencial n.º 109/11 de 26 de Maio, conjugado com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10 de 24 de Fevereiro, determino:

Artigo Único: — É Pedro Canga exonerado do cargo de Director do Instituto Médio Agrário de Malanje, para o qual havia sido nomeado.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Junho de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

Despacho n.º 781/14
de 8 de Julho

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República de Angola, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 26.º do Decreto Presidencial n.º 109/11 de 26 de Maio, conjugado com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10 de 24 de Fevereiro, determino:

Artigo Único: — É João Pedro Soares exonerado do cargo de Subdirector do Instituto Médio Agrário de Malanje, para o qual havia sido nomeado.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Junho de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

Despacho n.º 782/14
de 8 de Julho

Por conveniência de serviço;

Ao abrigo do disposto no artigo 4.º n.ºs 1 e 12 do Decreto n.º 33/91, de 26 de Julho, conjugado com artigo 29.º n.º 2 do Decreto n.º 3/08, de 4 de Março;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

Artigo Único: — É Cláudio Izequias Tchivinda, Professor funcionário da Direcção Provincial de Luanda, Agente n.º 11628210, exonerado a seu pedido dos quadros do Ministério da Educação.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Junho de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

Despacho n.º 783/14

de 8 de Julho

Por conveniência de serviço;

Ao abrigo do disposto no Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, que estabelece os procedimentos para aposentação dos funcionários públicos;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4, artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

Artigo Único: — É Filipe Silvino de Pina Zau, Agente n.º 12151951, exercendo a função de consultor do Ministro da Educação com a categoria de Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 1.º Escalão, por ter mais 35 anos de serviço, desvinculado para efeitos de reforma do quadro do Ministério da Educação.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Junho de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

Despacho n.º 784/14

de 8 de Julho

Por conveniência de serviço;

Convindo cobrir a vaga existente na Direcção do Instituto Médio Agrário de Malanje;

Ao abrigo do disposto no artigo 4.º, n.º 1 do Decreto n.º 37/03, de 27 de Junho, sobre as condições de exercício de cargos de Direcção e Chefia;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10 de 24 de Fevereiro, determino:

Artigo Único: — É João Pedro Soares nomeado para exercer as funções de Director do Instituto Médio Agrário de Malanje.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Junho de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

Despacho n.º 785/14

de 8 de Julho

Por conveniência de serviço;

Convindo cobrir a vaga existente na Direcção do Instituto Médio Agrário de Malanje;

Ao abrigo do disposto no artigo 4.º, n.º 1 do Decreto n.º 37/03, de 27 de Junho, sobre as condições de exercício de cargos de Direcção e Chefia;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10 de 24 de Fevereiro, determino:

Artigo Único: — É Gabriel António Simoli nomeado para exercer as funções de Subdirector Pedagógico do Instituto Médio Agrário de Malanje.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Junho de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

Despacho n.º 786/14

de 8 de Julho

Por conveniência de serviço;

Convindo cobrir a vaga existente na Direcção do Instituto Médio Agrário de Malanje;

Ao abrigo do disposto no artigo 4.º, n.º 1 do Decreto n.º 37/03, de 27 de Junho, sobre as condições de exercício de cargos de Direcção e Chefia;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10 de 24 de Fevereiro, determino:

Artigo Único: — É Magda Domingos Pinto nomeada para exercer as funções de Subdirectora Administrativa do Instituto Médio Agrário de Malanje.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Junho de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

Despacho n.º 787/14

de 8 de Julho

Convindo proceder a actualização da categoria de Francisco Nimi Vinza, a luz do Decreto n.º 3/08, de 4 de Março, que aprova o Estatuto da Carreira Docente, Técnicos Pedagógicos e Especialistas de Educação;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República de Angola, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

Artigo Único: — É Francisco Nimi Vinza nomeado Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 12441904, colocado na Direcção Provincial da Educação, Ciência e Tecnologia da Província do Uíge.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Junho de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

Despacho n.º 788/14
de 8 de Julho

Convindo proceder a actualização das categorias de Professores afectos a Direcção Provincial da Educação de Luanda à luz do Decreto n.º 3/08, de 4 de Março, que aprova o Estatuto da Carreira Docente, Técnicos Pedagógicos e Especialistas de Administração da Educação;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, de Angola, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

Artigo Único: — São nomeados para as categorias que abaixo se indicam os professores:

1. Adelaide Maria Luísa Ecumba, Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 01411099, pertencente ao organismo n.º 396554, colocada na Província de Luanda.

2. Flávia Chinossonda Issac Lutucuta, Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, Agente n.º 06674640, pertencente ao organismo n.º 841601, colocada na Província de Luanda.

3. Nzinga Ossi Sessa Dias Mendes, Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, Agente n.º 00579164, pertencente ao organismo n.º 841910, colocada na Província de Luanda.

4. Raquel Clementina Jóia Caendi Barros, Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, Agente n.º 86318220, pertencente ao organismo n.º 396559, colocada na Província de Luanda.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Junho de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Despacho n.º 789/14
de 8 de Julho

Havendo necessidade de fazer cessar por conveniência de serviço, os efeitos jurídicos da nomeação em comissão de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas do artigo 2.º do Decreto Presidencial

n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com o artigo 8.º do Decreto Presidencial n.º 205/11, de 26 de Julho, determino:

ARTIGO 1.º
(Exoneração)

É Manuel Francisco Pinheiro exonerado do cargo de Director Geral-Adjunto da Biblioteca Nacional de Angola, para o qual havia sido nomeado pelo Despacho n.º 2432/12, de 5 de Novembro.

ARTIGO 2.º
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Junho de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

Despacho n.º 790/14
de 8 de Julho

Havendo necessidade de cessar a relação jurídica de emprego na Administração Pública, para efeitos de aposentação, nos termos do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e do Decreto n.º 9/06, de 24 de Abril, determino:

ARTIGO 1.º
(Desvinculação)

É Sebastião António Chitalo desvinculado do quadro geral do pessoal do Instituto Angolano do Cinema e do Audiovisual do Ministério da Cultura, para efeitos de aposentação, com o número de Agente 00424480.

ARTIGO 2.º
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Junho de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

Despacho n.º 791/14
de 8 de Julho

Convindo transferir os funcionários visando a colaboração institucional, tendo em conta a afinidade de funções exercidas nos demais serviços da Administração Pública, nos termos do artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e ao abrigo das dis-

posições conjugadas do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e no uso das faculdades que me são conferidas pela alínea h) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, determino:

ARTIGO 1.º
(Transferência)

É João Quicuma transferido do Instituto Nacional do Património Cultural, para o quadro do pessoal do regime geral do Ministério da Cultura, com a categoria de Técnico Médio Principal de 1.ª Classe, com o número de Agente 00425515.

ARTIGO 2.º
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Junho de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

Despacho n.º 792/14
de 8 de Julho

Havendo necessidade de constituir a Comissão de Avaliação com objectivo de apreciar as propostas de candidatura para o procedimento concursal para o Hino do II Festival Nacional da Cultura;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 7.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e do artigo 1.º da Lei n.º 3/13, de 17 de Abril, que altera a Lei n.º 20/10, de 7 de Setembro, Lei da Contratação Pública, determino:

ARTIGO 1.º
(Nomeação)

É nomeada a Comissão de Avaliação encarregue de apreciar as propostas da escolha do Hino para o II Festival Nacional da Cultura 2014.

ARTIGO 2.º
(Composição)

A Comissão ora criada integra:

- a) Manuel Cadete Gaspar (Presidente);
- b) Agostinho Neto (Director da Escola Nacional de Música);
- c) João António da Conceição de Oliveira — (Músico);
- d) Tânia Ifika Fançony e Silva — (Gabinete Jurídico);
- e) Filomena Ilda Cabanga (Suplente).

ARTIGO 3.º
(Competências)

Compete à Comissão de Avaliação:

- a) Receber as propostas endereçadas pelos concorrentes;
- b) Conduzir o acto público do concurso;
- c) Proceder à apreciação das propostas;

- d) Elaborar o relatório de análise das propostas;
- e) Elaborar a proposta de decisão sobre admissão da proposta e a adjudicação a submeter ao órgão competente para a tomada da decisão de contratar;
- f) Remeter à Ministra da Cultura os resultados das avaliações das propostas.

ARTIGO 4.º
(Remuneração)

A remuneração da Comissão ora criada é feita nos termos da legislação vigente na Função Pública.

ARTIGO 5.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação ou aplicação do presente Diploma são resolvidas pela Ministra da Cultura.

ARTIGO 6.º
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Junho de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

INSPECÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

Despacho n.º 793/14
de 8 de Julho

Por conveniência de serviço público;

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º e do artigo 4.º, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, os agentes administrativos abaixo mencionados completaram o tempo de trabalho efectivo e ininterrupto em regime de provimento provisório com a classificação de serviço anual de Bom, e requereram no prazo legalmente fixado o seu provimento definitivo;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas das alíneas a) e g) do n.º 2 do artigo 11.º do Estatuto Orgânico da Inspeção Geral da Administração do Estado, aprovado por Decreto Presidencial n.º 215/13, de 16 de Dezembro, determino:

1.º — São nomeados e integrados definitivamente no Quadro de Pessoal da Inspeção Geral da Administração do Estado, adquirindo o estatuto pleno de funcionário público:

- a) Adelaide Kunjikisse Mopeleko Figueiredo Mendes de Carvalho, Inspectora Superior de 2.ª Classe;
- b) Sílvia Nida da Silva Baptista, Inspectora Superior de 2.ª Classe;

c) João Lourenço Silvestre Fernandes, Técnico Médio de 3.ª Classe; e

d) João Martins Lima Aurélio de Oliveira, Motorista de Ligeiros de 2.ª Classe.

2.º — Este Despacho produz efeitos a partir de 1 de Julho de 2014.

Publique-se.

Luanda, 12 de Junho de 2014.

O Inspector Geral do Estado, *Joaquim Mande*.

ANIP — AGÊNCIA NACIONAL PARA O INVESTIMENTO PRIVADO

Resolução n.º 36/14
de 8 de Julho

Considerando que, «Li Faxing» pessoa singular de nacionalidade chinesa, entidade não residente cambial, investidor externo, apresentou ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11 de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado) uma proposta de investimento externo denominada «GGT Comercial Angola (SU), Limitada» República de Angola.

Considerando que no âmbito desta proposta pretende, constituir uma sociedade unipessoal denominada, «GGT Comercial Angola (SU), Limitada», cuja actividade principal é o comércio geral;

Considerando que o Governo da República de Angola está empenhado em promover projectos de investimentos vocacionados à diversificação do sector do comércio;

Nos termos das disposições combinadas do n.º 1 do artigo 60.º, da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), e do artigo 13.º do Estatuto Orgânico da ANIP (aprovado por Decreto Presidencial n.º 113/11, de 2 de Junho), o Conselho de Administração da ANIP emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o Contrato de Investimento Privado do Projecto denominado «GGT Comercial Angola (SU), Limitada», no valor global de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos) sob o Regime Contratual.

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Vista e aprovada pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda, aos 20 de Fevereiro de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

CONTRATO DE INVESTIMENTO PRIVADO

Entre:

O Estado da República de Angola, aqui representado pela Agência Nacional para o Investimento Privado, com sede na Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), representada por

Maria Luísa Perdigão Abrantes, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração; e

Li Faxing, pessoa singular de nacionalidade chinesa, entidade não residente cambial, investidor externo, portador do Passaporte n.º E-25345068, com morada na localidade de Guangdong, República Popular da China.

Todas elas em conjunto designadas por partes.

Considerando que:

1. O investidor pretende constituir uma sociedade unipessoal limitada de direito angolano a denominar-se «GGT Comercial Angola (SU), Limitada», que exercerá a actividade de comércio geral.

2. A actual política de investimento privado se revela uma aposta estratégica do Estado Angolano na mobilização de recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos, tendo em vista o desenvolvimento económico e social do país, o aumento da competitividade da economia, o fomento do emprego e a melhoria das condições de vida das populações.

3. O presente investimento resulta de uma forte preocupação da empresa em criar valor em Angola, através de projectos que contribuam para o crescimento da economia, combate ao desemprego e a melhoria do bem-estar dos angolanos.

4. O projecto possibilitará a criação de 25 postos de trabalho directos, com aposta na formação profissional contínua e consequente substituição gradual da força de trabalho expatriada pela nacional e possui um potencial enorme de criação de postos de trabalho indirectos por via da distribuição dos seus produtos.

5. A legislação oferece aos investidores na República de Angola garantias credíveis de segurança e estabilidade jurídicas.

Animados pelo propósito da concretização do Projecto de Investimento as Partes acordam, livremente e de boa-fé, no interesse recíproco de cada uma delas, na celebração do presente contrato, que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª (Definições)

Para fins deste Contrato:

Contrato — significa o presente «Contrato de Investimento» e os seus Anexos.

Sociedade — Significa «GGT Comercial Angola (SU), Limitada», sociedade comercial de direito angolano a constituir.

Criação de Emprego — significa quaisquer postos de trabalho criados no âmbito do Projecto.

Lei — significa a Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (do Investimento Privado).

Outros termos escritos em letras maiúsculas e não definidos na presente cláusula terão os mesmos significados que por Lei lhes sejam atribuídos.

CLÁUSULA 2.ª

(Natureza e Objecto do Contrato)

1. O Contrato de Investimento tem natureza administrativa.
2. O Objecto do Projecto é o exercício da actividade de comércio geral.

CLÁUSULA 3.ª

(Localização do investimento e Regime Jurídico dos Bens do Investidor)

1. O projecto será implementado na Província de Luanda, Município de Belas, localidade do Kilamba Kiaxi, Bairro Palanca, Rua do Sanatório, n.º 171, «Zona de Desenvolvimento A», nos termos da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.
2. Todos os bens e direitos relativos ao projecto ficarão na titularidade da Sociedade, em regime de propriedade privada.

CLÁUSULA 4.ª

(Vigência e Denúncia do Contrato)

O Contrato vigorará por um período de tempo indeterminado.

CLÁUSULA 5.ª

(Sociedade Executora do Projecto)

1. O Projecto será executado pela sociedade a constituir «GGT Comercial Angola (SU), Limitada».
2. A Sociedade Executora do Projecto terá a sua sede no Município de Belas, localidade do Kilamba Kiaxi, Bairro Palanca, Rua do Sanatório, n.º 171, Província de Luanda, Angola.

CLÁUSULA 6.ª

(Montante de Investimento)

1. O montante de Investimento é USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América).
2. O valor previsto para o Investimento no Projecto destina-se às operações inseridas no quadro da implementação e funcionamento do mesmo, não podendo ser aplicado para finalidades não previstas no presente Projecto, nem desviar-se do seu objecto.
3. No âmbito da Execução do Projecto a Sociedade poderá solicitar aumentos de investimento nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (do investimento privado).

CLÁUSULA 7.ª

(Operações de Investimento)

A operação de investimento a realizar é a constante da alínea a) do artigo 12.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado).

CLÁUSULA 8.ª

(Forma de Realização do Investimento)

1. O investimento será realizado integralmente através da transferência de fundos do exterior, prevista na alínea a) do artigo 13.º da Lei n.º 20/11 de 20 de Maio, nomeadamente:
2. O Investidor, no quadro do desenvolvimento do projecto, pode, nos termos da lei, solicitar à «ANIP — Agência

Nacional para o Investimento Privado» a alteração da forma de realização do investimento, sem prejuízo de se atingirem os objectivos do empreendimento proposto.

CLÁUSULA 9.ª

(Forma de Financiamento do Investimento)

1. O Investimento, objecto do presente contrato, será financiado integralmente por fundos próprios pertencentes ao investidor.
2. O montante declarado para o financiamento do projecto destina-se única e exclusivamente às operações inseridas no quadro do empreendimento pretendido, não podendo ser aplicado de forma ou para finalidade não previstas, nem desviar-se do objecto, nos termos do presente contrato.

CLÁUSULA 10.ª

(Programa de implementação e desenvolvimento do projecto)

1. Sem prejuízo da elaboração de programas específicos de implementação, é estabelecida pela presente cláusula a programação geral do Projecto de Investimento, cujo Cronograma de Execução e Implementação constitui o Anexo I.
2. A partir da entrada em vigor do presente Contrato de Investimento, o Investidor propõe-se num período de 6 meses concluir a Implementação do Projecto.
3. O cumprimento das obrigações previstas dos pontos anteriores está condicionado à obtenção dos necessários instrumentos administrativos, nomeadamente à emissão do alvará comercial, bem como de quaisquer outros licenciamentos ou autorizações administrativas públicas que se repute necessárias para a sua concretização.

CLÁUSULA 11.ª

(Definição das condições de exploração, gestão, associação e prazos de implementação do projecto)

1. As condições de exploração, gestão e implementação do projecto são asseguradas pela sociedade.
2. Os prazos de implementação do projecto estão de acordo com o previsto na cláusula 10.ª da presente proposta de Contrato de Investimento.

CLÁUSULA 12.ª

(Mecanismo de acompanhamento do Projecto de Investimento)

1. Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento da realização dos investimentos preconizados, a ser efectuado pela ANIP, no quadro do disposto na Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, os Órgãos do Governo procederão, nos termos e forma legalmente prevista, à fiscalização sectorial corrente, ao acompanhamento e supervisão de toda a Execução do Projecto.
2. O Investidor deverá facilitar à ANIP o acompanhamento e fiscalização das suas actividades e dos dados e elementos que possuírem de natureza técnica, económica, financeira ou outra, cujos técnicos devidamente credenciados terão o direito de visitar o local e de operações, adstritas ao Projecto de Investimento.
3. De acordo com o Cronograma de Implementação e Execução do Projecto que constitui anexo ao presente con-

trato de investimento, o Investidor, sem prejuízo do estipulado no n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 20/11 de 20 de Maio, deverá elaborar e apresentar à ANIP relatórios trimestrais, no período de investimento e anual, no período de exploração, com todos os dados relevantes, contendo a descrição circunstanciada dos trabalhos apurados e indicadores técnicos e económicos realizados, bem como outros elementos de síntese que se afigurem relevantes.

4. Sempre que necessário as Partes poderão solicitar a realização de reuniões de balanço, no quadro da implantação e Execução do Projecto de investimento autorizado.

5. As notificações ou comunicações entre as Partes, no âmbito do presente Contrato de Investimento só se consideram validamente realizadas se forem efectuadas por escrito e entregues pessoalmente ou enviadas por correio, correio electrónico (E-mail) e fax para os seguintes endereços:

ANIP:

Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, Edifício do Ministério da Indústria, 9.º andar

Luanda — Angola

Telefones: (+244) 222 39 14 34 / 32 12 52 Fax: (+244)

222 39 33 81/39 38 33 CP: 5465

E-mail: geral@anip.co.ao

Investidor:

Li Faxing

Endereço: Kilamba Kiayi, Bairro Palanca, Rua do Sanatório, n.º 171 Telefones: (+244) 936687082

Qualquer alteração aos endereços acima indicados deverá ser prontamente comunicada, por escrito, à outra Parte.

CLÁUSULA 13.ª

(Impacto Económico do Projecto)

O projecto, objecto do presente contrato, contribuirá, indubitavelmente, para:

Criação do Valor Acrescentado Bruto Anual médio na ordem de USD 733.768,06 (setecentos e trinta e três mil, setecentos e sessenta e oito dólares dos Estados Unidos da América e seis cêntimos).

Aumento da oferta de produtos de combate à malária e outras doenças causadas por insectos.

CLÁUSULA 14.ª

(Impacto Social do Projecto)

O projecto, objecto do presente contrato, contribuirá, indubitavelmente, para:

- Promover a formação profissional, designadamente de mão-de-obra nacional;
- Contribuir para a diminuição do desemprego, criando para o efeito, 20 postos de trabalho directos para cidadãos Angolanos.

CLÁUSULA 15.ª

(Impacte ambiental)

1. No quadro da implementação e desenvolvimento do projecto, o Investidor deverá cumprir o estabelecido na Lei de Base do Ambiente, conforme enunciado na Lei n.º 5/98, Decreto n.º 51/04 de 23 de Julho sobre avaliação de impacte ambiental e Decreto n.º 59/07 de 13 de Julho, Decreto

Executivo Conjunto n.º 130/09 de 26 de Setembro, sobre taxas ambientais, Decreto n.º 1/10 de 13 de Janeiro, sobre Auditoria ambiental e o Decreto n.º 59/07, de 13 de Julho, sobre o licenciamento ambiental.

2. Deverá ainda cumprir com a legislação em vigor para a salvaguarda do meio ambiente em matéria de ruídos, gases, fumos, poeiras entre outras e permitir que as entidades competentes procedam às inspecções ou estudos para aferir a regularidade ambiental das actividades, das instalações, dos equipamentos e do empreendimento.

CLÁUSULA 16.ª

(Força de Trabalho)

1. O Projecto prevê a criação de 25 postos de trabalho directos, no decurso do projecto, sendo 20 destinados a força de trabalho nacional e 5 à força de trabalho expatriada.

2. Para além do cumprimento das obrigações previstas no Plano de Formação Profissional o projecto ficará também obrigada a:

- Dar prioridade à formação técnica especializada de trabalhadores nacionais através de recrutamento em instituições de ensino nacionais;
- Colaborar com o INEFOP em todas as matérias relativas ao emprego e formação profissional;
- Celebrar contratos de seguro contra acidentes de trabalho e doenças profissionais a favor dos trabalhadores.

CLÁUSULA 17.ª

(Deveres e obrigações do Investidor)

O Investidor obriga-se a:

- Realizar, na forma, fases, quantidades e datas previstas às acções do Projecto de Investimento, sem prejuízo das eventuais alterações que possam ser introduzidas no mesmo;
- Investir o montante global do projecto na realização, sem custos para o Estado, dos trabalhos referentes ao empreendimento objecto do presente Contrato;
- Cumprir os deveres do Investidor Privado estabelecidos na legislação em vigor, designadamente no artigo 23.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio e na legislação laboral;
- Adoptar os procedimentos adequados à prevenção de danos ambientais, nos termos da Lei.

CLÁUSULA 18.ª

(Deveres e obrigações do Estado)

O Estado obriga-se a:

- Respeitar e assegurar o cumprimento das garantias e dos direitos do Investidor constantes da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio;
- Prestar apoio institucional ao Investidor e à sociedade por ele constituída através de assistência no relacionamento com as várias entidades públicas envolvidas na Execução do Projecto e, nomeadamente, assegurar que, em tempo útil e com observância dos formalismos legais, sejam concedidas as licenças, os pareceres e as autorizações que sejam ou venham a ser necessárias.

CLÁUSULA 19.ª
(Apoio Institucional do Estado)

1. As instituições públicas angolanas de acordo com as suas competências e no alcance do interesse socioeconómico do Projecto de Investimento, comprometem-se institucionalmente no seguinte:

- a) *Ministério do Comércio*: — proceder à emissão das licenças necessárias ao exercício da actividade nos termos da legislação em vigor;
- b) *Ministério do Ambiente*: — a aprovar as licenças necessárias ao bom funcionamento do projecto;
- c) *Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social*: — Apoio a acções de formação, bem como dar acompanhamento nos domínios da legislação laboral e segurança social.

CLÁUSULA 20.ª
(Regime Cambial)

O Projecto de Investimento ficará sujeito à legislação cambial em vigor na República de Angola.

CLÁUSULA 21.ª
(Força Maior)

1. Consideram-se eventos de força maior quaisquer acontecimentos que ocorram e que estejam razoavelmente fora do controlo da parte afectada pelo mesmo, incluindo, sem limitação, estado de guerra, quer declarado ou não, actos de guerra, hostilidades ou invasão, rebeliões, tumultos, epidemias, radiações atómicas, fogo, explosão, raio, inundações graves, ciclones, tremores de terra e outros cataclismos naturais, inexistência de comunicações ou outros razoavelmente que sejam irresistíveis.

2. A ocorrência de um evento de força maior terá por efeito exonerar as Partes da responsabilidade pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso das obrigações emergentes do presente Contrato de Investimento que sejam directamente afectadas pela ocorrência do mesmo, na estrita medida em que o respectivo cumprimento, exacto e pontual, tiver sido efectivamente impedido.

3. Caso a ocorrência de um evento de Força Maior impeça temporariamente o cumprimento de uma obrigação com prazo certo, o respectivo prazo para cumprimento suspender-se-á até que seja reposta a situação existente antes da ocorrência do evento de Força Maior.

4. Sem prejuízo do disposto na presente cláusula, o Estado Angolano não poderá invocar a exoneração e /ou suspensão do cumprimento das obrigações emergentes do presente Contrato de Investimento em caso de ocorrência de uma situação de natureza política, social, financeira e económica configurável como sendo um evento de Força Maior ao abrigo da presente cláusula.

CLÁUSULA 22.ª
(Estabilidade do Contrato de Investimento)

1. O disposto no presente Contrato de Investimento foi estabelecido com base em determinadas circunstâncias económicas, técnicas e operacionais existentes em Angola à presente data. Caso ocorra uma alteração das referidas circunstâncias, que provoque uma modificação do equilíbrio contratual existente, as Partes comprometem-se a tomar as

medidas necessárias à pronta reposição do referido equilíbrio e a não tentar obter qualquer benefício ou vantagem dessa situação.

2. Verificando-se a alteração de circunstâncias referida no número anterior, as Partes poderão solicitar a revisão ou modificação dos termos do Contrato, ou a adopção de qualquer outra medida apropriada, com vista à reposição do equilíbrio Contratual.

3. Se no prazo de 90 dias após a solicitação referidas no número anterior, as Partes não chegarem a acordo quanto à necessidade ou modo de repor o equilíbrio Contratual, a Parte lesada pela alteração poderá submeter ao Tribunal Arbitral.

4. No caso de os bens objecto de investimento privado serem expropriados por motivos ponderosos e devidamente justificados de interesse público, o Estado assegura o pagamento de uma indemnização justa, pronta e efectiva, cujo montante é determinado de acordo com as regras de direito aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 23.ª
(Infracções e sanções)

1. Sem prejuízo do disposto em outros diplomas legais, constitui transgressão ou incumprimento doloso ou culposo das obrigações legais a que o investidor privado está sujeito nos termos dos artigos 83.º e 84.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado) e das demais legislações em vigor;

2. Constitui transgressão, nomeadamente:

- a) O uso das contribuições provenientes do exterior para finalidades diversas daquelas para que houverem sido autorizadas;
- b) A prática de actos de comércio fora do âmbito do projecto autorizado;
- c) A prática de facturação que permita a saída de capitais ou iluda as obrigações a que a empresa ou a associação esteja sujeita, designadamente as de carácter fiscal;
- d) A não execução das acções de formação;
- e) A não execução injustificada do investimento nos prazos contratualmente acordados;
- f) Faltá de informação anual referida no n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

3. Sem prejuízo de outras sanções especialmente previstas por Lei, as transgressões referidas nos números anteriores são passíveis das seguintes sanções:

- a) Multa, no valor correspondente em Kwanzas, que varia entre USD 10.000,00 e USD 500.000,00, sendo o valor mínimo e o valor máximo elevados para o triplo em caso de reincidência;
- b) Revogação da autorização do investimento.

4. A não execução dos projectos dentro dos prazos fixados na autorização ou na prorrogação é passível da penalização prevista na alínea b) do número anterior.

CLÁUSULA 24.ª
(Lei Aplicável)

O presente Contrato rege-se pela Lei Angolana.

CLÁUSULA 25.^a
(Resolução de litígios)

1. Em caso de desacordo ou litígio relativamente à interpretação ou execução do presente Contrato, as Partes diligenciam no sentido de alcançarem, por acordo amigável, uma solução adequada e equitativa, no prazo de 60 dias ou em período superior, se assim as Partes o acordarem por escrito.

2. Caso não seja possível uma solução negociada nos termos previstos no número anterior, o litígio é submetido a arbitragem.

3. A arbitragem é realizada por um tribunal arbitral que é composto por três árbitros, cabendo a cada uma das Partes a nomeação de um árbitro, sendo o terceiro árbitro, que exerce as funções de presidente do tribunal, escolhido por aqueles.

4. Na falta de acordo para a escolha do terceiro árbitro, é este nomeado pelo Tribunal Provincial de Luanda, mediante requerimento de qualquer uma das Partes.

5. O tribunal arbitral funciona em Luanda, em local a escolher pelo presidente.

6. O tribunal arbitral julga segundo a Lei angolana.

7. Das decisões do tribunal arbitral não há recurso, podendo apenas ser impugnadas junto dos tribunais judiciais nos casos previstos no artigo 34.º da Lei n.º 16/03, de 25 de Julho (Lei Sobre a Arbitragem Voluntária).

CLÁUSULA 26.^a
(Entrada em Vigor)

O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.

CLÁUSULA 27.^a
(Língua do Contrato e Exemplares)

O presente Contrato é redigido em língua portuguesa em 3 (três) exemplares, com igual teor e força jurídica, fazendo todos igual fé.

CLÁUSULA 28.^a
(Anexos ao Contrato)

São parte integrante do presente Contrato de Investimento os seguintes Anexos:

Anexos

- a) Cronograma de execução do projecto;
- b) Plano de formação da mão-de-obra nacional;
- c) Plano de substituição da força de trabalho expatriada pela nacional.

Feito em Luanda, aos [...] de [...] de 2014, em três vias, sendo uma para cada Parte, e outra para a Imprensa Nacional, ficando o original arquivado nos serviços da ANIP.

Pela ANIP:

A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

O Investidor, *Li Faxing*.

ANEXO I

Cronograma de Implementação do Projecto

Acções	I Trimestre de 2014	II Trimestre de 2014
Aprovação do projecto pela ANIP e Licenciamentos		
Importação e Instalação de equipamentos adstritos ao projecto		
Início das actividades		

ANEXO II

Plano de Formação

N.º	Categoria Profissional	N.º de participantes	Cargo do instrutor	Tipo de formação	Local da formação	Duração da formação	Duração	
							Início	Fin
	Técnicos de venda	12	Especialista	Prática	on job	5 semanas	A determinar	A determinar
	Técnicos e operários	25	Consultor	Prática	On Job	4 Semanas	A determinar	A determinar
	Toda equipa	30	Consultor	Higiene e segurança no trabalho	Angola	1 Semana	A determinar	A determinar

ANEXO III

Plano de Substituição da Força de Trabalho Expatriada pela Nacional

Categorias Profissionais	Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4		Ano 5	
	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.
Técnicos especializados	12	5	12	5	12	5	14	3	14	3
Administrativos	3	0	3	0	3	0	3		3	0
Operários especializados	10	0	10	0	10	0	10	0	10	0
Total	25	5	25	5	25	5	27	3	27	3

Pela ANIP:

A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

O Investidor, *Li Faxing*.